ANDRÉ DEL NEGRI



AVESSO 20 ESTADO

ANDRÉ DEL NEGRI

AVESSO DO ESTADO



Copyright © 2018, D'Plácido Editora. Copyright © 2018, André Del Negri.

Editor Chefe Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico Letícia Robini

Diagramação Bárbara Rodriques Editora D'Plácido

Av. Brasil, 1843, Savassi Belo Horizonte – MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007



W W W . E D I T O R A D P L A C I D O . C O M . B R

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Catalogação na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

DEL NEGRI, André.

O avesso do Estado -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-930-4

1. Direito (crítica). 2. Direito Constitucional. 3. Teoria do Estado. I. Título.

CDU343.9 CDD341.59











"Em algum lugar deve haver uma lixeira onde estão amontoadas as explicações. Uma única coisa inquieta neste exato panorama: o que possa acontecer no dia em que alguém consiga explicar também a lixeira". (Cortázar. Um tal Lucas, 1979, p. 51).

Introdução

Introdução	7
Nota do Autor	11
I. Estado e a dogmática como máquina de ocultar críticas	13
1.1. Estado, Mito e Miopia: 2 + 1 dos discursos ideológicos	13
1.2. Notas acerca do compreendido da República de Platão e os não-ditos	23
1.3. O que resta do Estado	26
1.4. Ludíbrio e Razão de Estado	30
2. Estado Dogmático e violência secular	35
2.1. Espiral de violência do Estado	35
2.2. Estado e Mercado	50
2.3. Biopolítica, Intervenção Federal e Vigilância paranoica	67
2.4. O <i>jus belli</i> do Estado, a tecnologia que mata e a informação pública camuflada	79
3. Informação Pública e Sigilo da Informação	87
3.1. Genealogia secretista e perenização de estruturas	87

3.2. Informação e corrupção no regime militar: quem pe da ditadura?	
3.3. Democracia e informação pública fora de alcance: a classificação tarja-preta.	103
3.4 .Como o "secreto" e o "público" se relacionam?	
3.5. Considerações críticas sobre decisão administrativa e discricionariedade	
3.6. Entre ventriloquismos e informações sigilosas – a busca por uma saída	
4. Estado Judiciário e julgamentos extraídos do clamor público	119
4.1. Uma abordagem sobre golpe parlamentar e o impeac	
de Dilma Rousseff: a queda de uma presidente num Congresso ventriloquado	119
4.1.1. Notas para uma compreensão a respeito das "pedaladas fiscais"	135
4.1.2. A demarcação do <i>dolo</i> e a questão do "mandato no sistema jurídico brasileiro	
4.2. O Estado-Judiciário e a condenação do ex-president caso "tríplex": a toga, o tranco e a lei-sem-força	e Lula no
4.2.1. O caso "tríplex" ao exame da 2ª instância: presu inocência e a questão do trânsito em julgado	,
4.2.2. O episódio do habeas corpus em plantão forense:	combo
decisionista e a miséria do lawfare	
4.3. Um acusado vai ao reality show punitivo	177
4.4. A "criminalização" da docência e os cursos sobre o "golpe de 2016"	182
5. Estado telemático e governança algorítmica	189
5.1. Algoritmo e desprocessualização	
do Direito no Estado telemático	189
5.2. Resistência no paradigma	
da governamentalidade algorítmica	
5.3. Estado e qualquer do povo como terrorista virtual	202

BIBLIOGRAFIA	207
a) Livros, periódicos, dissertações e teses	207
b) Artigos de jornais e revistas	215
c) Decisões judiciais norte-americanas	218
d) Parecer jurídico	218
e) Acervos	219
f) Periódicos	219

Nota do Autor

Em vez de ir direto ao assunto aviso primeiro que o título foi recortado de uma articulação de Jacques Lacan (1901-1981), que não tem mais nada a ver com o conteúdo deste livro. Lacan tem uma obra denominada o *Avesso da Psicanálise*, mas o tema para este lugar é outro, exatamente a respeito de *Estado* e *Direito*.

O Avesso do Estado aqui, de forma menos acadêmica, é o "Lado B do Estado" ou a "outra face do Estado", aquilo que acontece numa borda embaçada, espaço ocupado por denso nevoeiro de cortar à faca, uma área caliginosa que significa muita coisa como objeto de pesquisa, algo que tem de sofrer testificação permanente. O resultado disso é examinar uma série de temas e momentos da conturbada contemporaneidade brasileira, questões das mais fundamentais nos campos político e jurídico, e, com isso, evitar a rota das respostas prontas, esguichadas de uma doutrina mítica do Estado, aliás, ancorada em *ideologia dominadora*.

Afigura-se relevante acentuar que a *razão de Estado* é tema milenar, que provocou tragédias ao longo da história humana, bordejando cenas bizarras de execução sumária, guerras erguidas por dirigentes fúnebres e aterrorizantes.

Vê-se que a elucidação dessa realidade hostil só poderá acontecer por meio de críticas provenientes de dedicadas pesquisas acadêmicas que possam contribuir à refundação do sistema jurídico. Por isto que o *avesso* aqui expõe o desconforme, as contradições, os bastidores. Explorando uma alegoria, é como colocar uma iluminação de muitos *watts* de energia em um canto de quarto empoeirado, que ordinariamente estava à meia luz. A pujante claridade mostrará desordens e camadas de poeira, muitas das quais nem se conhecia. Seria interessante saber o que tem por baixo da camada de poeira. Tarefa duríssima!

Para quem leu até aqui, esperamos que tenha um panorama a partir do qual possa animar-se em enxergar as emboscadas e os álibis da autoridade para interditar a própria lei, bem como detectar a carga de trivialidade e fragilidade do *ensino jurídico no Brasil*, que carece de urgentíssima reviravolta para essa juventude que já não suporta mais os ardis, os ludíbrios diversos e violências visíveis e invisíveis dos *aparelhos de Estado*. É de afirmar–se, ainda relevante, que os profissionais das ciências humanas e sociais aplicadas, no fluxo dos trabalhos acadêmicos e pesquisas coordenadas com maior rigor e fôlego, insurjam–se ainda mais contra o autoritarismo estabelecido pelo dogmatismo estatal, nessa luta renhida de uma democracia efetiva ainda por realizar.

Neste livro há que se percorrer um campo de questões importantes para o exercício contemporâneo do atuar do Estado na democracia e a necessária refundação do sistema jurídico. A obra consolida pesadas críticas ao Estado brasileiro e coloca ao leitor as grandes questões nacionais e constitucionais-fundamentais.

A razão de Estado, historicamente legada por milênios de repressão e autoritarismos diversificados, com contínuas manobras que danificam a implementação do projeto constitucional de construção do Estado Democrático de Direito no Brasil, passa a ser denunciada, testificabilizada e refutada neste livro, que apresenta uma voz mais ativa na desmontagem de "engenhosos" modos de atuar do Estado dogmático, sob orquestrações e histerismos de déspotas bem degenerados. O livro traz abundantes recortes e coloca em perspectiva o "jogo de poder" e o papel de cada ator, seja ele "governo", "judiciário", "povo", "parlamento" ou "mercado". O que está exposto neste livro não é uma publicação de cantilenas e soluções irrefutáveis, mas sim várias dúvidas e numerosos exames provisórios dos problemas, algo que tenta passar longe do sentido correntio do senso comum. O livro avança na contranarração a discursos dogmáticos a fim de ampliar as reflexões e perturbar o sono dos que descansam no breu da tradição tópico-retórica, mas principalmente para não homologar o arcaísmo do ensino jurídico que gira, gira, para sempre voltar ao mesmo lugar, em ritmo de barbárie, na cadência dos "donos" do ensino, invariavelmente com olhos cobicosos, até mesmo com perseguições dentro das universidades, um autêntico "anti-intelectualismo".



